

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.925 - AL (2016/0044272-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE : UNIÃO**  
**EMBARGADO : JOSÉ CARLOS CAVALCANTE SILVA**  
**ADVOGADO : SERGIO DE ALMEIDA SILVA - AL009166**  
**INTERES. : MUNICIPIO DE SÃO BRAS - AL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022, II, DO CPC/2015. VÍCIO NÃO CONFIGURADO.**

1. Nos termos do que dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração é recurso destinado a sanar obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão ou acórdão.
2. Não há vício a ensejar esclarecimento, complemento ou eventual integração do que decidido no julgado, pois a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente) e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
Relator